

**Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro Roosevelt Alves da Silva**

**Ref. Recurso Administrativo - Item 8.1 Edital Pregão Eletrônico nº 033/2024 – DECOMP/DA – Inabilitação da fornecedora – Da Ausência de Requisitos para Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**

**ENGEMAIA & CIA. LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.449.936/0001-02, com endereço na Rua Dr. Fernando Allain, 45, Espinheiro, Recife/PE, neste ato representada por seu sócio administrador, vem, diante da documentação de habilitação e respectivas declarações da fornecedora RE9COM SOLUÇÕES E SERVICOS LTDA, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, nos termos do capítulo 08 do edital de licitação do pregão eletrônico nº 033/2024 - DECOMP/DA, conforme razões abaixo elencadas.

### **1. Tempestividade**

Nos termos do edital de licitação publicado, os licitantes devem manifestar sua intenção de recurso no prazo assinalado pelo pregoeiro.

Conforme indicação, a **ENGEMAIA & CIA. LTDA.** manifestou regularmente sua intenção de recurso via sistema eletrônico na data de 16 de dezembro de 2024.

Considerado o prazo de 03 dias para apresentação da petição de recurso (item 8.1 do edital de licitação), considera-se tempestiva a presente manifestação recursal.

### **2. Das razões de Recurso**

#### **A) Da Ausência de Requisitos para Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**

O edital do pregão eletrônico nº 033/2024 possui como objeto a contratação de empresa especializada na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação, com disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal.

Dentre as condições de participação no pregão eletrônico, o item 2.1 declara que poderão participar da presente licitação toda e qualquer empresa brasileira que, atenda plenamente a todas as condições estabelecidas no edital e em seus anexos.

No item 2.5.1, que trata da participação das microempresas e das empresas de pequeno porte, por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei 4.611/2011 e o Decreto nº 35.5692/2014, estas terão tratamento diferenciado e favorecido, especialmente no que se refere à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos.

As regras para participação destes portes empresariais estão dispostas ao longo do item 2.5, devendo-se dar destaque, ainda, ao item 3.7.3, que indica que a responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva da licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir do enquadramento falso ou errôneo.

A Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, determina os requisitos para que as sociedades, em um modo geral, possam ser enquadradas nestes portes empresariais, conforme disposto em seu artigo 3º, incisos I e II, assim disposto:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);  
e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

No caso da licitante RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., pode-se perceber que esta apresentou declaração de enquadramento como Microempresa, nos termos do Anexo V – Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, do edital, conforme segue:

A empresa RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.002.193/0001 88 sediada no SIA TRECHO 3 LOTE 625 A 695 BLOCO C SALA 312 BRASÍLIA - DF - CEP: 71200-030, por intermédio de seu representante legal a Sra. Olimpia Pereira P. Ferreira, portador da carteira de identidade nº 1653039 SSP-DF e do CPF nº 714.128.751-53, DECLARA para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

em especial quanto ao seu art. 3º, e que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art.42 a 49 da referida Lei Complementar, e quenão se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

A informação prestada pela fornecedora, ao preencher, assinar e entregar à Comissão de Licitação o Anexo V do edital diverge das informações existentes sobre a Receita Bruta da sociedade empresária.

Em consulta ao site da Receita Federal, percebe-se que a empresa não está enquadrada no regime tributário do Simples Nacional desde 31/12/2021:

Data da Consulta:21/11/2024 10:28:45  
Identificação do Contribuinte – CNPJ Matriz  
CNPJ: 24.002.193/0001-88  
Nome Empresarial: RE9COM SOLUÇÕES E SERVICOS LTDA  
Situação Atual  
Situação no Simples Nacional: NÃO optante pelo Simples Nacional  
Situação do SIMEI: NÃO enquadrado no SIMEI  
Períodos Anteriores  
Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores:  
Data Inicial                      Data Final                      Detalhamento  
19/01/2016                      31/12/2021                      Excluída por opção do Contribuinte

Ademais, conforme Balanço Patrimonial apresentado pela própria licitante em seus documentos de habilitação, a Receita Bruta Operacional em 2023 da fornecedora atingiu o patamar de R\$ 5.572.700,09 (cinco milhões quinhentos e setenta e dois mil setecentos reais e nove centavos), o que não respeita as regras de faturamento impostas na LC 123/06, não sendo possível o enquadramento da sociedade empresária no porte de Microempresa, tampouco de Empresa de Pequeno Porte, já que ultrapassa o limite de faturamento estabelecido pela referida lei de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

**DRE**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023 – CNPJ : 24.002.193/0001-88 –**  
**REG. JUNTA COMERCIAL: 53202039858 EM 19/01/2016**

<b>RECEITA BRUTA OPERACIONAL</b>	
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PRAZO	5.572.700,09
RENDIMENTO EM APLICAÇÕES	77.444,01
DESCONTOS OBTIDOS	22,90
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	10.000,00

A licitante não reúne condições de habilitação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para dar prosseguimento no processo de licitação com o tratamento diferenciado e favorecido conferido pelo Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei 4.611/2011 e o Decreto nº 35.5692/2014, por exigência de respeito integral ao instrumento convocatório da licitação, não podendo possuir preferência nas aquisições de bens e serviços.

Não cabe ao administrador público a opção desvinculada das razões do edital quanto aos termos de habilitação dos licitantes, principalmente quando a previsão editalícia é reprodução integral da legislação.

A garantia dos termos previstos na lei é expressão do Princípio da Legalidade na atividade da Administração Pública.

Sobre a legalidade a doutrina de José dos Santos Carvalho Filho afirma que se trata "do princípio basilar de toda a atividade administrativa. Significa que o administrador não pode fazer prevalecer sua vontade pessoal; sua atuação tem que se cingir ao que a lei impõe. Essa limitação do administrador é que, em última instância, garante os indivíduos contra os abusos de conduta e desvios de objetivos"<sup>1</sup>.

No mesmo sentido, segue o doutrinador em seus ensinamentos sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

“A vinculação ao instrumento convocatório é a garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.”<sup>2</sup>

Portanto, diante da impossibilidade de enquadramento da fornecedora nos ditames da LC 123/2006, é necessária a observação das previsões específicas do edital em suas normas de habilitação para que seja declarada inabilitada a licitante RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA por ausência de requisitos no que se refere à preferência nas aquisições de bens e serviços, além de tratamento diferenciado e vantajoso, no edital do pregão eletrônico nº 033/2024 - DECOMP/DA.

---

<sup>1</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 33. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 253

<sup>2</sup> Ibidem. p. 255

### **3. Conclusão**

Em face do exposto, a ENGEMAIA & CIA. Ltda. requer à Comissão de Licitação a declaração de inabilitação da licitante RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. em razão do não cumprimento do artigo 3º, inciso I e II, da Lei Complementar nº 123/2006, do não cumprimento do item 3.7.3 do edital de licitação e da verificação da incorreção das informações prestadas pela declaração do Anexo V preenchida pela licitante.

Brasília, 18 de dezembro de 2024

**ENGEMAIA & CIA. Ltda.**  
**Representada por**  
**Pedro Luiz Maia e Silva**